



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**  
**DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

**TATIANE CIBELLE PEREIRA DA SILVA**

**TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA DIETA DOS INDÍGENAS E SUAS**  
**CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS, NUTRICIONAIS E DE SAÚDE: UMA REVISÃO**  
**NARRATIVA**

Recife

2024

TATIANE CIBELLE PEREIRA DA SILVA

**TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA DIETA DOS INDÍGENAS E SUAS  
CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS, NUTRICIONAIS E DE SAÚDE: UMA REVISÃO  
NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao Departamento de Nutrição  
da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito para a obtenção do título de  
nutricionista

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Poliana Coelho Cabral

Recife  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Tatiane Cibelle Pereira da.  
TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA DIETA DOS INDÍGENAS E SUAS  
CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS, NUTRICIONAIS E DE SAÚDE: UMA  
REVISÃO NARRATIVA / Tatiane Cibelle Pereira da Silva. - Recife, 2024.  
43 p.

Orientador(a): Poliana Coelho Cabral  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Nutrição - Bacharelado, 2024.

1. Transição alimentar. 2. Dietas indígenas. 3. Saúde. 4. Estado nutricional. 5.  
Identidade cultural. I. Cabral, Poliana Coelho . (Orientação). II. Título.

610 CDD (22.ed.)

TATIANE CIBELLE PEREIRA DA SILVA

**TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA DIETA DOS INDÍGENAS E SUAS  
CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS, NUTRICIONAIS E DE SAÚDE: UMA REVISÃO  
NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao Departamento de Nutrição  
da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito para a obtenção do título de  
nutricionista

Aprovada em: 05 / 12/ 2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Fernanda Cristina de Lima Pinto Tavares/  
UFPE**

---

**Prof. Dr. Pedro Israel Cabral de Lira/  
UFPE**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Jailma Santos Monteiro/  
UFPE**

## RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar a transição alimentar nas dietas dos indígenas e suas consequências culturais, nutricionais e de saúde. Buscou-se compreender como a introdução de alimentos industrializados e a substituição de práticas alimentares tradicionais tem afetado a saúde nutricional e o bem-estar das comunidades indígenas. Utilizou-se uma revisão narrativa da literatura conduzida através da análise de artigos científicos, teses, dissertações e relatórios de organizações não governamentais e governamentais publicados nos últimos 6 anos (2018-2024). As bases de dados utilizadas incluíram PubMed, SciELO, BVS e periódicos específicos da área de nutrição e saúde indígena. Os critérios de inclusão abarcaram estudos que abordam mudanças na dieta indígena, impactos nutricionais e de saúde, além de estudos qualitativos sobre a percepção das comunidades indígenas sobre essas mudanças. Os resultados desta revisão indicam que a transição alimentar nas comunidades indígenas tem levado a uma redução no consumo de alimentos tradicionais, ricos em nutrientes, e ao aumento da ingestão de alimentos ultraprocessados, pobres em nutrientes e ricos em açúcares e gorduras. Esta mudança tem sido associada a um aumento na prevalência de doenças crônicas, como diabetes tipo 2, hipertensão e obesidade. Além disso, a perda de práticas alimentares tradicionais também influencia negativamente a identidade cultural e o conhecimento ancestral dessas comunidades.

**Palavras-chave:** Transição alimentar, Dietas indígenas, Saúde, Estado nutricional, Identidade cultural.

## **ABSTRACT**

The aim of this study was to analyze the food transition in indigenous diets and its cultural, nutritional and health consequences. It sought to understand how the introduction of industrialized foods and the replacement of traditional eating practices have affected the nutritional health and well-being of indigenous communities. We used a narrative literature review conducted through the analysis of scientific articles, theses, dissertations and reports from non-governmental and governmental organizations published in the last 6 years (2018-2024). The databases used included PubMed, SciELO, BVS and specific journals in the area of nutrition and indigenous health. The inclusion criteria included studies addressing changes in the indigenous diet, nutritional and health impacts, as well as qualitative studies on the perception of indigenous communities about these changes. The results of this review indicate that the dietary transition in indigenous communities has led to a reduction in the consumption of traditional foods, rich in nutrients, and an increase in the intake of ultra-processed foods, poor in nutrients and rich in sugars and fats. This change has been associated with an increase in the prevalence of chronic diseases such as type 2 diabetes, hypertension and obesity. In addition, the loss of traditional food practices also negatively influences the cultural identity and ancestral knowledge of these communities.

**Keywords:** Dietary transition, Indigenous diets, Health, Nutritional Status, Cultural identity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>11</b>
2.1 OBJETIVO GERAL. ....	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS: .....	11
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>12</b>
<b>4 RESULTADOS</b> .....	<b>14</b>
4.1 CONCEITOS DE TRANSIÇÃO ALIMENTAR.....	14
4.2 DIETAS TRADICIONAIS INDÍGENAS .....	17
4.3 CONSEQUÊNCIAS NUTRICIONAIS DA TRANSIÇÃO ALIMENTAR .....	20
4.4 ASPECTOS CULTURAIS E SOCIAIS.....	23
4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	26
4.6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	29
4.7 POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS .....	32
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A transição alimentar nas dietas indígenas é um fenômeno complexo que possui profundas implicações para a saúde e o bem-estar dessas populações. Historicamente, as dietas indígenas no Brasil foram baseadas em alimentos naturais e ricos em nutrientes, como mandioca, milho, peixes, frutas e outros produtos da biodiversidade local (De Melo; Dos Santos; De Sales Ferreira, 2021). Essas dietas tradicionais não apenas fornecem os nutrientes necessários para a saúde, mas também estão intimamente ligadas à cultura, identidade e modos de vida dessas comunidades (Da Cunha Rodrigues; De Oliveira; Dos Santos, 2020).

Nos últimos anos, no entanto, observou-se uma significativa transição alimentar nessas comunidades, caracterizada pela substituição de alimentos tradicionais por produtos industrializados e ultraprocessados. Esta mudança nas práticas alimentares tem sido impulsionada por diversos fatores, incluindo a urbanização, a integração ao mercado de consumo e a influência de políticas públicas que nem sempre consideram a especificidade cultural e nutricional dos povos indígenas (De Menezes Ramos; Noda; Martins, 2021).

A transição alimentar tem levado a uma série de consequências nutricionais e de saúde para as populações indígenas. A substituição de alimentos naturais e ricos em nutrientes por produtos industrializados, geralmente pobres em nutrientes e ricos em açúcares e gorduras, tem resultado em uma piora no estado nutricional dessas comunidades. Estudos apontam um aumento na prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes tipo 2, hipertensão e obesidade entre os indígenas (Da Cunha Rodrigues; De Oliveira; Dos Santos, 2020). Além disso, a perda de práticas alimentares tradicionais tem impactos negativos sobre a identidade cultural e o conhecimento ancestral dessas comunidades, uma vez que a alimentação é um elemento central na construção e manutenção da cultura indígena (Santos, 2022).

A problemática da transição alimentar entre os povos indígenas possui agravantes quando se considera a vulnerabilidade social e econômica dessas populações. Muitos povos indígenas enfrentam dificuldades de acesso a alimentos saudáveis e adequados culturalmente, devido a questões como a perda de territórios tradicionais, a degradação ambiental e a falta de políticas públicas eficazes que promovam a segurança alimentar e nutricional (Nascimento, 2023). A insegurança

alimentar é, portanto, um desafio crescente, que afeta diretamente a saúde e o bem-estar das comunidades indígenas.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na necessidade de compreender de forma aprofundada a transição alimentar nas dietas indígenas e suas consequências para a saúde e a cultura dessas populações. Ao identificar os fatores que contribuem para a substituição dos alimentos tradicionais por produtos industrializados e ao analisar as consequências dessa transição, espera-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que promovam a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, respeitando suas especificidades culturais (De Melo; Dos Santos; De Sales Ferreira, 2021).

Além disso, esta pesquisa busca contribuir para o fortalecimento da soberania alimentar indígena, valorizando os conhecimentos e práticas tradicionais relacionados à alimentação. A valorização dos alimentos tradicionais não só promove a saúde e o bem-estar das populações indígenas, mas também reforça a identidade cultural e o respeito pelos saberes ancestrais (De Menezes Ramos; Noda; Martins, 2021). Acredita-se que, ao destacar a importância dos alimentos tradicionais e ao promover a autonomia alimentar, seja possível melhorar a qualidade de vida e a saúde das comunidades indígenas.

Diante do exposto, este estudo se propõe a analisar criticamente a transição alimentar nas dietas indígenas, abordando tanto os aspectos nutricionais quanto os culturais e sociais dessa mudança. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a construção de um conhecimento mais abrangente sobre a alimentação indígena e para a implementação de estratégias que promovam a saúde e a sustentabilidade das dietas tradicionais, garantindo assim a preservação da cultura e a melhoria das condições de vida das populações indígenas.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a transição alimentar nas dietas dos indígenas e suas consequências culturais, nutricionais e de saúde.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais fatores que contribuem para a transição alimentar nas comunidades indígenas, incluindo aspectos socioeconômicos, ambientais e políticas públicas;
- Avaliar as consequências nutricionais e de saúde decorrentes da substituição de alimentos tradicionais por produtos industrializados nas dietas dos indígenas;
- Investigar as implicações culturais da transição alimentar, com ênfase na perda de práticas alimentares tradicionais e seu impacto na identidade e conhecimento ancestral das comunidades indígenas.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão narrativa da literatura que visa analisar a transição alimentar nas dietas dos indígenas e suas consequências culturais, nutricionais e de saúde. A metodologia foi desenvolvida em várias etapas, conforme descrito a seguir: Os objetivos gerais e específicos da revisão foram definidos para direcionar a busca e a análise dos artigos e documentos (teses, dissertações e relatórios de organizações não governamentais e governamentais) encontrados. Os objetivos incluem a identificação dos fatores que contribuem para a transição alimentar, a avaliação das consequências nutricionais e de saúde, e a investigação das implicações culturais dessa transição nas comunidades indígenas.

A busca por artigos e documentos foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO, BVS e periódicos específicos da área de nutrição e saúde indígena. A seleção dos artigos considerou o período dos últimos 06 anos (2018-2024), utilizando palavras-chave como "transição alimentar", "dietas indígenas", "saúde", "estado nutricional" e "identidade cultural". Os operadores booleanos "and", "or" e "not" foram usados para combinar os descritores e termos utilizados na busca. A busca também incluiu as referências citadas nos artigos selecionados para identificar estudos adicionais relevantes.

Os critérios de inclusão foram estabelecidos para garantir a relevância e a qualidade dos estudos selecionados. Foram incluídos estudos que abordam mudanças na dieta indígena, impactos nutricionais e de saúde, bem como estudos qualitativos sobre a percepção das comunidades indígenas em relação a essas mudanças. Foram excluídos estudos que não tinham enfoque específico nas populações indígenas brasileiras ou que não estavam disponíveis em acesso completo.

A coleta de dados foi realizada através das palavras-chave mencionadas, e os estudos selecionados foram analisados de acordo com os objetivos específicos do estudo. Primeiramente, foram identificados os fatores que contribuem para a transição alimentar nas comunidades indígenas, incluindo aspectos socioeconômicos, ambientais e políticas públicas. Em seguida, foram avaliadas as consequências nutricionais e de saúde decorrentes da substituição de alimentos tradicionais por produtos industrializados nas dietas indígenas.

Por fim, foram investigadas as implicações culturais da transição alimentar, com ênfase na perda de práticas alimentares tradicionais e seu impacto na identidade e conhecimento ancestral das comunidades indígenas. A análise dos dados foi realizada de forma crítica visando identificar padrões, tendências e lacunas no conhecimento existente sobre o tema.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 CONCEITOS DE TRANSIÇÃO ALIMENTAR

A transição alimentar refere-se ao processo pelo qual populações mudam seus padrões alimentares tradicionais para novos hábitos, frequentemente caracterizados pelo aumento do consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados. Esse fenômeno é impulsionado por uma série de fatores socioeconômicos, culturais e ambientais que interagem de maneira complexa (Carús, 2023). Essa mudança nos padrões alimentares não ocorre de maneira uniforme e pode variar significativamente entre diferentes comunidades e regiões.

Historicamente, as dietas tradicionais eram baseadas em alimentos naturais e locais, como frutas, verduras, legumes, grãos e carnes. Essas dietas forneciam uma alta densidade nutricional e estavam profundamente enraizadas nas práticas culturais e sociais das comunidades. No entanto, a modernização e a urbanização têm levado à substituição desses alimentos por produtos industrializados que são ricos em calorias, açúcares, gorduras e sódio, mas pobres em nutrientes essenciais (Cruz; Oliveira; Da Costa Maynard, 2022). Esse fenômeno tem sido observado em várias partes do mundo, especialmente em países em desenvolvimento, onde as mudanças econômicas e sociais ocorrem rapidamente.

A globalização dos mercados alimentares desempenha um papel significativo na transição alimentar. A acessibilidade a produtos industrializados aumentou significativamente, ao mesmo tempo em que as cadeias de suprimento locais foram enfraquecidas. Essa mudança não é apenas uma questão de disponibilidade, mas também de preferências alimentares que são moldadas por estratégias de marketing e publicidade das grandes indústrias alimentares (Wingert; Castro, 2018). A propaganda massiva de alimentos processados, muitas vezes voltada para populações vulneráveis, contribui para a disseminação de hábitos alimentares não saudáveis (Paiva *et al.*, 2019). A influência do marketing é particularmente evidente em ambientes urbanos, onde a exposição a anúncios de alimentos ultraprocessados é constante.

A transição alimentar também está fortemente ligada às mudanças no ambiente alimentar. De acordo com Carús (2023), o conceito de ambiente alimentar inclui todos os fatores que influenciam as escolhas alimentares dos indivíduos, desde a

disponibilidade e acessibilidade de alimentos até as políticas e práticas que governam o sistema alimentar. A influência do ambiente alimentar sobre os padrões de consumo é fundamental, pois determina o que é disponível, acessível e promovido dentro de uma comunidade. Além disso, o ambiente alimentar pode ser modificado por políticas públicas e iniciativas comunitárias que promovem o acesso a alimentos saudáveis.

A função das políticas públicas é central na promoção de uma alimentação saudável e sustentável. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), ao longo de seus 20 anos, teve como objetivo principal garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, promovendo práticas alimentares e nutricionais apropriadas e sustentáveis (Santos *et al.*, 2021). Contudo, a implementação efetiva dessas políticas enfrenta inúmeros desafios, incluindo a necessidade de integrar melhor a educação nutricional com ações concretas de segurança alimentar (Jaime *et al.*, 2018). As políticas públicas precisam ser adaptadas às realidades locais e culturais das comunidades para serem eficazes.

Além das políticas públicas, há uma necessidade crescente de considerar a justiça alimentar, que vai além da simples disponibilidade de alimentos e aborda questões de equidade, acesso e poder dentro do sistema alimentar. De Paula Carvalho (2022) argumenta que a justiça alimentar é essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenham acesso a alimentos nutritivos e culturalmente apropriados. Isso requer uma abordagem holística que considera o contexto socioespacial das populações. A justiça alimentar também envolve a participação ativa das comunidades na tomada de decisões sobre seus sistemas alimentares.

A transição para sistemas alimentares sustentáveis é um desafio significativo. Pitaluga e Le Bourlegat (2022) destacam as contribuições e desafios da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) na promoção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis no Brasil. A sustentabilidade dos sistemas alimentares envolve a integração de práticas agrícolas sustentáveis, a promoção de dietas saudáveis e a redução do desperdício de alimentos. As iniciativas para promover a sustentabilidade precisam ser multifacetadas e envolver todos os setores da sociedade.

Outro aspecto relevante da transição alimentar é a promoção da atenção plena na alimentação. Guedes (2021) enfatiza a importância da nutrição comportamental, onde práticas de atenção plena durante as refeições podem ajudar a melhorar a

relação das pessoas com a comida, promovendo escolhas mais saudáveis e conscientes. Esse enfoque pode ser uma ferramenta valiosa para combater os efeitos negativos da transição alimentar, incentivando uma reconexão com alimentos naturais e tradicionais. A atenção plena na alimentação envolve estar presente e consciente das escolhas alimentares, do ato de comer e das sensações físicas e emocionais associadas à alimentação.

A noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas brasileiras também é fundamental. Paiva *et al.* (2019) discutem a confluência entre os conceitos de "adequado" e "saudável" na formulação de políticas alimentares, destacando a necessidade de uma abordagem integrada que considere tanto a qualidade nutricional quanto a sustentabilidade ambiental. Essas políticas visam não apenas melhorar a saúde nutricional das populações, mas também preservar os recursos naturais e promover a diversidade alimentar. A alimentação adequada e saudável deve ser vista como um direito humano fundamental que requer proteção e promoção constantes.

A transição alimentar não é um fenômeno isolado, mas parte de um quadro mais amplo de mudanças sociais e ambientais. A urbanização rápida, a globalização e as mudanças no ambiente alimentar tem contribuído para a alteração dos padrões alimentares tradicionais. Cruz, Oliveira e Da Costa Maynard (2022) ampliam o conceito de nutrição sustentável ao considerar tanto os aspectos nutricionais quanto os ambientais, enfatizando a necessidade de uma abordagem integrada para enfrentar os desafios da transição alimentar. A sustentabilidade da nutrição envolve garantir que as práticas alimentares de hoje não comprometam a capacidade das futuras gerações de atender às suas necessidades nutricionais.

A transição alimentar é um processo que envolve mudanças significativas nos padrões alimentares das populações, impulsionadas por fatores econômicos, sociais e ambientais. A compreensão desse fenômeno exige uma abordagem interdisciplinar que considere a intersecção entre a saúde nutricional, a sustentabilidade ambiental e a justiça social. As políticas públicas, como a PNAN, são essenciais na promoção de dietas saudáveis e sustentáveis, mas devem ser complementadas por ações que promovam a equidade e a justiça alimentar (Santos *et al.*, 2021; Jaime *et al.*, 2018).

A promoção da atenção plena na alimentação e a valorização dos alimentos tradicionais são estratégias importantes para mitigar os efeitos negativos da transição alimentar e promover a saúde e o bem-estar das populações (Guedes, 2021). A

transição alimentar é um desafio que requer soluções locais e globais coordenadas para garantir um futuro alimentar saudável e sustentável para todas as populações.

#### 4.2 DIETAS TRADICIONAIS INDÍGENAS

As dietas tradicionais indígenas são ricas e diversificadas, compostas principalmente por alimentos naturais e locais que tem sido consumido por gerações. Esses alimentos não são apenas fontes essenciais de nutrientes, mas também carregam significados culturais profundos e estão intimamente ligados ao modo de vida das comunidades indígenas. A biodiversidade presente nos territórios indígenas é fundamental na composição dessas dietas, fornecendo uma vasta gama de recursos alimentares que contribuem para a saúde e a sustentabilidade das comunidades (Neves, 2021). Além disso, a preservação dessas práticas alimentares tradicionais é fundamental para manter a biodiversidade e promover a segurança alimentar nas regiões onde essas comunidades vivem.

Historicamente, a mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) e o feijão nhemba (*Vigna unguiculata L.*) são componentes fundamentais das dietas tradicionais indígenas. Esses alimentos não apenas fornecem nutrientes essenciais, mas também representam práticas agrícolas sustentáveis e conhecimentos ancestrais sobre cultivo e preparação (Afo *et al.*, 2023). A mandioca, em particular, é uma cultura versátil que pode ser transformada em diversos produtos alimentares, sendo uma fonte vital de carboidratos para muitas comunidades indígenas. O feijão nhemba, por sua vez, é uma importante fonte de proteínas e outros nutrientes, contribuindo para a dieta balanceada dessas populações. Além disso, ambos os cultivos são importantes na manutenção da fertilidade do solo e na preservação dos ecossistemas locais.

Entretanto, a colonização e a modernização têm introduzido mudanças significativas nas dietas indígenas. A inserção de alimentos industrializados e a influência de sistemas de produção intensiva de carne tem alterado os hábitos alimentares tradicionais. Vander Velden (2019) discute como a produção de carne e a introdução de alimentos processados tem impactado negativamente a saúde das comunidades indígenas, trazendo consigo problemas de saúde como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Esse processo de colonização alimentar não apenas afeta a saúde física, mas também perturba o equilíbrio cultural e ecológico das comunidades. A introdução de dietas ocidentais e a dependência de alimentos

comprados em mercados tem levado a uma perda significativa de conhecimento tradicional e práticas agrícolas sustentáveis.

A transição nutricional nas comunidades tradicionais da Amazônia brasileira exemplifica as mudanças dietéticas e suas consequências. Da Cunha Rodrigues, De Oliveira e Dos Santos (2020) descrevem como a substituição de alimentos tradicionais por produtos industrializados tem levado a uma série de problemas de saúde, incluindo desnutrição e doenças crônicas. As dietas tradicionais, anteriormente ricas em diversidade nutricional, estão sendo substituídas por opções menos saudáveis, impactando a qualidade de vida das populações indígenas. Essa transição também resulta em uma maior vulnerabilidade a crises alimentares e nutricionais, uma vez que a dependência de alimentos industrializados torna as comunidades mais suscetíveis às flutuações de preços e à disponibilidade desses produtos.

A importância das plantas na alimentação tradicional dos Huni Kuĩ, tribo que habita a fronteira brasileira-peruana na Amazônia ocidental, é outro exemplo da riqueza das dietas indígenas e das mudanças enfrentadas na contemporaneidade. Pilnik *et al.* (2020) destacam como as plantas desempenham um papel central na dieta e na medicina tradicional dos Huni Kuĩ, oferecendo uma variedade de nutrientes essenciais e benefícios para a saúde. No entanto, essas práticas alimentares estão sendo gradualmente substituídas por alimentos industrializados, resultando em uma perda de conhecimento tradicional e aumento de problemas de saúde. A redução na diversidade alimentar também tem impactos negativos na resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas e outras pressões ambientais.

As práticas alimentares tradicionais também estão ligadas à saúde das mulheres nas comunidades indígenas. Camlém (2020) explora a retomada de práticas tradicionais pelo povo Xokleng Laklãnõ, antigos habitantes de grandes extensões de terras entre os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, destacando a importância da alimentação tradicional na saúde das mulheres, especialmente no contexto da maternidade e do cuidado infantil. A revalorização dessas práticas pode contribuir para a melhoria da saúde materna e infantil, preservando conhecimentos ancestrais vitais para a comunidade. Essas práticas incluem o uso de plantas medicinais e técnicas tradicionais de parto, que são fundamentais para a saúde e o bem-estar das mulheres indígenas.

A diversidade alimentar é um aspecto fundamental para a saúde das crianças indígenas. Maciel *et al.* (2021) analisaram a diversidade alimentar de crianças

indígenas em dois municípios da Amazônia Ocidental, mostrando como a variedade de alimentos tradicionais contribui para uma nutrição balanceada e saudável. A inclusão de alimentos diversos e nutritivos é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento das crianças, prevenindo a desnutrição e promovendo a saúde geral. A promoção de dietas variadas e ricas em nutrientes é essencial para garantir que as crianças atinjam seu pleno potencial de desenvolvimento físico e cognitivo.

A introdução de produtos ultraprocessados nas escolas da Terra Indígena Piaçaguera, em São Paulo, é um exemplo claro das mudanças alimentares que estão ocorrendo. Villar (2018) aponta como esses produtos estão substituindo os alimentos tradicionais, afetando negativamente os hábitos alimentares das crianças e jovens indígenas. A presença de ultraprocessados nas escolas contribui para a perda de práticas alimentares tradicionais e aumenta o risco de problemas de saúde associados à má alimentação. A substituição de alimentos nutritivos por produtos ricos em açúcares e gorduras prejudica o desenvolvimento saudável das crianças e aumenta a incidência de doenças crônicas.

A colonialidade alimentar é um conceito que ajuda a entender as dinâmicas de poder e controle sobre os hábitos alimentares das populações indígenas. Benvegnú e García (2020) discutem como a colonialidade alimentar perpetua desigualdades e marginaliza as práticas alimentares tradicionais, promovendo um sistema alimentar dominado por produtos industrializados e padrões de consumo ocidentais. Essa dinâmica não apenas afeta a saúde das comunidades, mas também ameaça a soberania alimentar e a autonomia cultural dos povos indígenas. A colonialidade alimentar reforça as estruturas de poder que beneficiam as indústrias alimentares multinacionais, em detrimento das práticas e conhecimentos tradicionais.

As dietas tradicionais indígenas são fundamentais para a saúde e a sustentabilidade das comunidades, mas estão sob ameaça devido à colonização alimentar e à modernização. A preservação dessas dietas requer um esforço conjunto para valorizar e promover os alimentos tradicionais, bem como para combater a introdução de produtos industrializados que prejudicam a saúde e o bem-estar das populações indígenas. Políticas públicas eficazes, educação nutricional e a revalorização dos conhecimentos ancestrais são essenciais para garantir que as dietas tradicionais continuem a desempenhar seu papel vital na vida das comunidades indígenas. A implementação de políticas que apoiem a agricultura sustentável e a segurança alimentar, juntamente com programas de educação que promovam a

valorização das práticas alimentares tradicionais, são passos fundamentais para proteger e revitalizar as dietas indígenas. Além disso, a participação ativa das comunidades indígenas na formulação e implementação dessas políticas é fundamental para garantir que suas necessidades e conhecimentos sejam adequadamente representados e respeitados.

#### 4.3 CONSEQUÊNCIAS NUTRICIONAIS DA TRANSIÇÃO ALIMENTAR

A transição alimentar nas comunidades indígenas brasileiras tem gerado uma série de impactos nutricionais e de saúde, refletindo uma mudança drástica nos hábitos alimentares e na disponibilidade de alimentos. Esse fenômeno tem sido associado ao aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como diabetes, hipertensão e obesidade, que antes eram raras entre as populações indígenas (De Melo Barros *et al.*, 2021).

Historicamente, as dietas tradicionais dos povos indígenas eram ricas em alimentos naturais e minimamente processados, como mandioca, milho, frutas, verduras, peixes e carnes de caça (De Melo; Dos Santos; De Sales Ferreira, 2021). Esses alimentos forneciam uma ampla gama de nutrientes essenciais, contribuindo para uma boa saúde e uma baixa incidência de doenças crônicas. No entanto, a introdução de alimentos industrializados, ricos em açúcares, gorduras saturadas e sódio, tem substituído esses alimentos tradicionais, levando a uma piora no estado nutricional dessas populações (De Menezes Barros *et al.*, 2018).

A transição nutricional é um fenômeno observado em várias comunidades tradicionais na Amazônia brasileira, onde a substituição de alimentos tradicionais por produtos industrializados tem levado a um aumento na prevalência de DCNTs (Da Cunha Rodrigues; De Oliveira; Dos Santos, 2020). Essa mudança nos padrões alimentares está fortemente ligada a fatores socioeconômicos, como a urbanização e a integração ao mercado de consumo global, que facilitam o acesso a alimentos processados e diminuem a disponibilidade de alimentos naturais e cultivados localmente. Essa transição é frequentemente acelerada pela migração de populações indígenas para áreas urbanas, onde a disponibilidade de alimentos tradicionais é limitada e os alimentos industrializados são mais acessíveis.

A mandioca e o milho, que são bases fundamentais da alimentação de muitas comunidades indígenas, tem sido gradualmente substituído por alimentos

ultraprocessados (De Melo; Dos Santos; De Sales Ferreira, 2021). Essa mudança tem levado a uma redução na ingestão de fibras, vitaminas e minerais, essenciais para a manutenção da saúde. Além disso, o alto consumo de alimentos ricos em calorias vazias contribui para o ganho de peso e o desenvolvimento de obesidade, um fator de risco significativo para diversas DCNTs (De Sá Pereira; De Albuquerque; Cavalcanti, 2020). A obesidade, por sua vez, está associada a um maior risco de desenvolver doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e alguns tipos de câncer, aumentando a carga de doenças nessas comunidades.

O impacto da transição alimentar também se reflete nos indicadores de saúde infantil. Estudos comparativos mostram que crianças indígenas estão cada vez mais apresentando quadros de desnutrição e obesidade, situações que coexistem paradoxalmente devido à má qualidade nutricional dos alimentos consumidos (De Sá Pereira; De Albuquerque; Cavalcanti, 2020). A má nutrição na infância pode ter efeitos duradouros, prejudicando o crescimento e o desenvolvimento cognitivo, além de aumentar o risco de doenças crônicas na vida adulta. A desnutrição crônica durante os primeiros anos de vida pode resultar em atraso no crescimento e no desenvolvimento mental, enquanto a obesidade infantil está ligada a problemas de saúde imediatos e futuros.

A educação alimentar e nutricional tem se mostrado uma estratégia eficaz para mitigar os impactos negativos da transição alimentar. Intervenções educativas focadas em promover hábitos alimentares saudáveis e incentivar o consumo de alimentos tradicionais podem ajudar a melhorar o perfil antropométrico e o consumo alimentar das populações indígenas (Souza *et al.*, 2018). Programas de educação nutricional que envolvem a comunidade e respeitam os conhecimentos tradicionais podem ser particularmente eficazes. Essas intervenções devem ser culturalmente apropriadas e sensíveis às realidades sociais e econômicas das comunidades indígenas.

A cultura alimentar também é fundamental na determinação dos padrões de saúde. Dos Santos *et al.* (2018) destacam que a alimentação está intimamente ligada à identidade cultural das populações indígenas, e a perda de práticas alimentares tradicionais pode levar a uma erosão da identidade cultural e do conhecimento ancestral. A preservação dessas práticas é essencial não apenas para a saúde física, mas também para o bem-estar cultural e psicológico das comunidades indígenas. A valorização das práticas alimentares tradicionais pode fortalecer a coesão social e o sentido de identidade comunitária.

A restrição espacial e o acesso limitado a recursos naturais devido a políticas de territorialização e desmatamento também afetam negativamente a nutrição das populações indígenas. Tarragó (2018) discute como a limitação de acesso a áreas tradicionais de coleta e caça força as comunidades a dependerem mais de alimentos comprados, muitas vezes ultraprocessados e de baixa qualidade nutricional. Esse fenômeno não só compromete a saúde nutricional, mas também a autonomia alimentar e a sustentabilidade das práticas tradicionais. A perda de acesso a terras tradicionais também resulta em uma menor capacidade das comunidades de manterem suas práticas agrícolas e de coleta sustentáveis, essenciais para sua subsistência e segurança alimentar.

Os impactos bioculturais dessa transição são profundos e multifacetados. Além das consequências diretas para a saúde, a transição alimentar afeta a relação das comunidades indígenas com seu ambiente natural, alterando práticas agrícolas e de manejo de recursos que têm sido sustentáveis por gerações (Tarragó, 2018). A perda de biodiversidade alimentar, que resulta da substituição de cultivos tradicionais por monoculturas e alimentos industrializados, diminui a resiliência das comunidades a mudanças climáticas e outras pressões ambientais. A biodiversidade é fundamental para a segurança alimentar a longo prazo, pois proporciona uma ampla gama de opções alimentares e recursos genéticos que podem ajudar a adaptar a agricultura às mudanças ambientais.

A reflexão sobre a questão nutricional em populações tradicionais deve considerar tanto os aspectos de saúde quanto os socioculturais. Da Silva e Dos Santos (2018) enfatizam a necessidade de abordagens integradas que levem em conta a complexidade das interações entre cultura, ambiente e saúde. Políticas públicas devem ser desenhadas para apoiar a produção e o consumo de alimentos tradicionais, promovendo a segurança alimentar e a saúde das populações indígenas. Essas políticas devem incluir medidas para proteger os direitos territoriais das comunidades indígenas, garantir o acesso a recursos naturais e promover a educação nutricional que valorize os conhecimentos tradicionais.

A transição alimentar nas comunidades indígenas brasileiras tem levado a uma série de impactos nutricionais negativos, contribuindo para o aumento da prevalência de DCNTs e outros problemas de saúde. A preservação das dietas tradicionais e a promoção de práticas alimentares saudáveis são essenciais para reverter esses efeitos. Intervenções educativas, políticas públicas inclusivas e a valorização dos

conhecimentos tradicionais são fundamentais para garantir a saúde e o bem-estar das populações indígenas. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e as próprias comunidades indígenas é fundamental para desenvolver estratégias eficazes que promovam a saúde e a sustentabilidade das dietas tradicionais, assegurando um futuro mais saudável para as próximas gerações.

#### 4.4 ASPECTOS CULTURAIS E SOCIAIS

A transição alimentar nas comunidades indígenas brasileiras não impacta apenas a saúde física, mas também tem profundas implicações culturais e sociais. A alimentação é um elemento central nas práticas culturais e na identidade dos povos indígenas. A perda de dietas tradicionais devido à introdução de alimentos industrializados e às mudanças socioeconômicas tem levado a uma erosão significativa dessas práticas culturais e identitárias (Da Cunha Rodrigues; De Oliveira; Dos Santos, 2020).

Historicamente, alimentos como a mandioca e o milho foram a base da alimentação de muitas comunidades indígenas. Esses alimentos não só fornecem nutrientes essenciais, mas também estão profundamente enraizados nas tradições agrícolas, culinárias e sociais dessas comunidades (De Melo; Dos Santos; De Sales Ferreira, 2021). A preparação e o consumo desses alimentos são frequentemente acompanhados de práticas culturais e rituais que fortalecem a coesão social e a identidade comunitária. No entanto, a substituição desses alimentos por produtos ultraprocessados ameaça a continuidade dessas tradições e enfraquece os laços culturais.

A colonização e a modernização impuseram novas dinâmicas de poder e controle sobre os territórios e recursos das populações indígenas. Essas dinâmicas resultaram na criação de reservas indígenas e na restrição do acesso a territórios tradicionais, o que impactou diretamente as práticas alimentares e a soberania alimentar dessas comunidades (Cavalcante, 2019). A perda de acesso a áreas tradicionais de caça, pesca e coleta força as comunidades a dependerem mais de alimentos comprados, muitas vezes industrializados e de baixa qualidade nutricional. Essa dependência não só compromete a saúde física, mas também a autonomia cultural e a capacidade das comunidades de sustentar suas práticas alimentares tradicionais.

A questão da desnutrição infantil em comunidades indígenas é um reflexo claro dessas mudanças. A desnutrição não é apenas um problema de saúde, mas também um indicador das desigualdades sociais e do impacto das políticas de territorialização e desenvolvimento (De Jesus Batista; Lima, 2020). Crianças indígenas são particularmente vulneráveis aos efeitos da desnutrição, que pode ter consequências duradouras para o crescimento e o desenvolvimento cognitivo. A desnutrição infantil reflete a falta de acesso a alimentos nutritivos e culturalmente apropriados, exacerbada pela perda de práticas alimentares tradicionais.

A contaminação ambiental é outro fator que afeta negativamente as práticas alimentares e a saúde das populações indígenas. A ocupação da Amazônia e a exploração de recursos naturais têm levado à contaminação de alimentos tradicionais, como a farinha de mandioca, com metais pesados como o chumbo (Maciel, 2020). Essa contaminação não só compromete a saúde física das comunidades, mas também a confiança nos alimentos tradicionais, levando a uma maior dependência de produtos industrializados. A desconfiança nos alimentos locais pode resultar na perda de práticas agrícolas sustentáveis e no declínio da biodiversidade alimentar, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade nutricional das comunidades.

As mudanças na culinária indígena também são influenciadas pela globalização e pela introdução de novos alimentos e técnicas culinárias. Antônio (2022) destaca como a culinária tradicional Kaingang tem sido modificada pela introdução de alimentos industrializados e práticas culinárias ocidentais. Essas mudanças não ocorrem de maneira isolada, mas estão inseridas em um contexto mais amplo de interação cultural e troca, que pode enriquecer, mas também diluir as tradições culinárias indígenas. A introdução de ingredientes e métodos culinários ocidentais pode levar à padronização das dietas e à perda de variedades alimentares locais.

A questão da obesidade e do excesso de peso entre as populações indígenas é um reflexo das mudanças alimentares e do estilo de vida. Bigdêdd *et al.* (2018) discutem como os indígenas Fulni-ô de Águas Belas (PE) têm enfrentado problemas de excesso de peso e adiposidade abdominal, condições que eram raramente observadas antes da transição alimentar. Essas mudanças refletem uma combinação de fatores, incluindo a disponibilidade de alimentos ultraprocessados, a redução da atividade física e as mudanças nos padrões de vida e trabalho. A obesidade e o excesso de peso estão associados a um maior risco de doenças crônicas, o que

representa um desafio adicional para as comunidades que já enfrentam barreiras ao acesso a cuidados de saúde de qualidade.

A saúde mental e os direitos humanos também estão profundamente ligados à alimentação e à nutrição. Torre e Amarante (2022) discutem a "quimicalização da vida" e como a intoxicação ambiental e alimentar constitui uma violação dos direitos humanos. A saúde mental das comunidades indígenas é afetada não apenas pela desnutrição e doenças crônicas, mas também pelo estresse e pela ansiedade decorrentes da perda de territórios, práticas culturais e autonomia alimentar. A insegurança alimentar e a perda de práticas tradicionais podem gerar sentimentos de desesperança e alienação cultural, afetando negativamente a saúde mental e o bem-estar emocional das populações indígenas.

As políticas públicas são fundamentais na mitigação desses impactos culturais e sociais. Abramovay (2021) enfatiza os desafios para o sistema alimentar global, destacando a necessidade de políticas que promovam a segurança alimentar e a sustentabilidade, respeitando as especificidades culturais das comunidades indígenas. Burigo e Porto (2021) discutem a Agenda 2030 e a necessidade de transformar os sistemas alimentares para enfrentar a sindemia global de má nutrição, doenças crônicas e mudanças climáticas. Essas transformações devem incluir a valorização das práticas alimentares tradicionais e a proteção dos direitos territoriais e culturais das populações indígenas. Políticas que incentivem a produção local de alimentos e a preservação de técnicas agrícolas tradicionais são essenciais para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade a longo prazo.

A reflexão sobre a questão nutricional em populações tradicionais deve considerar tanto os aspectos de saúde quanto os socioculturais. Da Silva e Dos Santos (2018) enfatizam a necessidade de abordagens integradas que levem em conta a complexidade das interações entre cultura, ambiente e saúde. Políticas públicas devem ser desenhadas para apoiar a produção e o consumo de alimentos tradicionais, promovendo a segurança alimentar e a saúde das populações indígenas. Essas políticas devem incluir medidas para proteger os direitos territoriais das comunidades indígenas, garantir o acesso a recursos naturais e promover a educação nutricional que valorize os conhecimentos tradicionais.

Os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas no contexto da transição alimentar são complexos e multifacetados. A combinação de fatores econômicos, sociais e ambientais tem contribuído para a mudança nos padrões

alimentares e a perda de práticas tradicionais. No entanto, há também oportunidades para promover a resiliência e a sustentabilidade das dietas tradicionais. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e as próprias comunidades indígenas é fundamental para desenvolver estratégias eficazes que promovam a saúde e a sustentabilidade das dietas tradicionais. A implementação de programas de educação nutricional que respeitem e valorizem as práticas alimentares indígenas, juntamente com políticas que garantam a proteção dos territórios e a soberania alimentar, pode ajudar a reverter os efeitos negativos da transição alimentar.

A perda de dietas tradicionais e a introdução de alimentos industrializados não só afetam a saúde física, mas também a identidade cultural e a coesão social das comunidades indígenas. Políticas públicas inclusivas, intervenções educativas e a valorização dos conhecimentos tradicionais são essenciais para preservar as práticas alimentares tradicionais e garantir a saúde e o bem-estar das populações indígenas. A integração de abordagens culturais e sociais nas políticas de saúde e nutrição pode ajudar a promover a justiça alimentar e a sustentabilidade das dietas tradicionais.

#### 4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR

As políticas públicas são importantes na promoção da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas, que enfrentam uma série de desafios relacionados à transição alimentar. A mudança nos padrões alimentares, impulsionada pela introdução de alimentos industrializados e pela perda de práticas alimentares tradicionais, tem levado a uma série de problemas de saúde, incluindo desnutrição, obesidade e doenças crônicas (Bigdêdd *et al.*, 2018). Para abordar esses desafios, é essencial que as políticas públicas sejam desenvolvidas com base em uma compreensão profunda das necessidades e especificidades culturais das comunidades indígenas.

Historicamente, a alimentação tradicional das comunidades indígenas, como a dos Kaingang, tem sido rica em alimentos naturais e cultivados localmente, como mandioca, milho e diversas espécies de plantas e animais (Antônio, 2022). Essas práticas alimentares não só fornecem uma nutrição equilibrada, mas também são fundamentais para a manutenção da identidade cultural e do conhecimento tradicional. No entanto, a modernização e a globalização têm introduzido novos desafios, incluindo a perda de terras tradicionais e a introdução de alimentos

ultraprocessados, que têm substituído os alimentos tradicionais e contribuído para a deterioração da saúde nutricional (Corrêa; Vessoni; Jaime, 2020).

A magnitude da desnutrição infantil na região Norte do Brasil é um exemplo claro dos impactos negativos da transição alimentar. Corrêa, Vessoni e Jaime (2020) destacam que a desnutrição continua a ser um problema significativo, exacerbado pela falta de acesso a alimentos nutritivos e pela pobreza. As políticas públicas devem focar na promoção de práticas alimentares saudáveis e na garantia de acesso a alimentos nutritivos, respeitando as tradições culturais das comunidades. Para isso, é necessário desenvolver programas de apoio à agricultura familiar e comunitária, que possam fortalecer a produção local de alimentos nutritivos e culturalmente apropriados.

A saúde de crianças e adolescentes indígenas na América Latina também é uma preocupação crescente. Tavares e Ferreira (2019) apontam que as mudanças nos hábitos alimentares e a introdução de alimentos industrializados têm levado a um aumento da obesidade infantil e de outras doenças crônicas. As políticas de saúde pública precisam abordar essas questões de maneira integrada, promovendo a educação nutricional e o acesso a alimentos saudáveis. Isso pode incluir a implementação de programas de alimentação escolar que priorizem alimentos frescos e locais, além de atividades educativas que envolvam as crianças e suas famílias na preparação e no consumo de alimentos saudáveis.

A questão do excesso de peso e da inatividade física entre as populações indígenas urbanas também deve ser abordada. Radicchi (2018) discute como os indígenas Sateré-Mawé, que vivem em áreas urbanas da Amazônia, enfrentam problemas de excesso de peso e inatividade física. As políticas públicas devem incluir programas de atividade física e promover ambientes urbanos que incentivem estilos de vida saudáveis, além de garantir o acesso a alimentos nutritivos. A criação de espaços públicos seguros e acessíveis para a prática de atividades físicas, como parques e centros comunitários, pode contribuir significativamente para a melhoria da saúde física dessas populações.

A situação das mulheres indígenas é especialmente preocupante. Abritta, Torres e Freitas (2021) destacam que as mulheres indígenas enfrentam desafios únicos relacionados à saúde reprodutiva, à nutrição e ao acesso a cuidados de saúde. As políticas públicas devem ser sensíveis às necessidades específicas das mulheres indígenas, promovendo a saúde materna e infantil e garantindo acesso a serviços de

saúde de qualidade. Além disso, é importante promover a participação das mulheres indígenas na elaboração e implementação dessas políticas, garantindo que suas vozes e experiências sejam levadas em consideração.

Além disso, os desafios e as oportunidades na promoção e educação em saúde em comunidades indígenas são amplos. Gomes *et al.* (2023) discutem como a educação em saúde pode ser uma ferramenta poderosa para promover hábitos alimentares saudáveis e melhorar a saúde geral das comunidades. As intervenções devem ser culturalmente apropriadas e desenvolver parcerias com líderes comunitários para garantir que as mensagens de saúde sejam bem recebidas e eficazes. A utilização de metodologias participativas e o respeito aos conhecimentos tradicionais são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas.

Da Cunha Rodrigues, De Oliveira e Dos Santos (2020) discutem a transição nutricional e epidemiológica em comunidades tradicionais da Amazônia brasileira, destacando a necessidade de políticas públicas que promovam a segurança alimentar e a nutrição adequada. Essas políticas devem incluir medidas para proteger os direitos territoriais das comunidades indígenas, garantir o acesso a recursos naturais e promover a agricultura sustentável. A implementação de programas de apoio técnico e financeiro para a agricultura indígena pode fortalecer a produção de alimentos tradicionais e reduzir a dependência de alimentos industrializados.

A abordagem biocultural dos modos de vida dos ribeirinhos da Amazônia, como discutido por Da-Gloria e Piperata (2019), enfatiza a importância de integrar conhecimentos tradicionais com práticas modernas de saúde pública. A valorização dos conhecimentos tradicionais e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis são essenciais para garantir a segurança alimentar e a saúde das comunidades ribeirinhas. Além disso, é importante reconhecer e respeitar os direitos territoriais dessas comunidades, garantindo que elas possam continuar a viver de acordo com seus modos de vida tradicionais.

As políticas públicas devem também considerar os fatores sociais, demográficos e de saúde que afetam os povos indígenas do estado do Acre, como discutido por Borges, Silva e Koifman (2020). Essas políticas devem ser desenvolvidas com base em uma compreensão profunda das necessidades específicas das comunidades e devem incluir medidas para promover a inclusão social e econômica. Isso pode envolver a criação de programas de capacitação

profissional e o apoio ao empreendedorismo indígena, além de garantir o acesso a serviços de saúde e educação de qualidade.

As políticas públicas e a segurança alimentar para as populações indígenas devem ser integradas e culturalmente sensíveis. É importante promover a saúde nutricional através de intervenções educativas, garantir o acesso a alimentos saudáveis e respeitar as tradições culturais das comunidades indígenas. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e as próprias comunidades indígenas é essencial para desenvolver estratégias eficazes que promovam a saúde e o bem-estar dessas populações. Políticas inclusivas que protejam os direitos territoriais e promovam a sustentabilidade das práticas alimentares tradicionais são fundamentais para garantir um futuro saudável e sustentável para as comunidades indígenas. A implementação de tais políticas pode ajudar a reverter os efeitos negativos da transição alimentar e fortalecer a resiliência das populações indígenas frente aos desafios contemporâneos.

#### 4.6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Os desafios enfrentados pelas populações indígenas em relação à segurança alimentar e nutricional são complexos e multifacetados. A transição alimentar, caracterizada pela substituição de alimentos tradicionais por produtos industrializados, tem gerado uma série de consequências negativas para a saúde e o bem-estar dessas comunidades. As políticas públicas são essenciais na mitigação desses impactos, mas enfrentam desafios significativos para serem eficazes e inclusivas (Trindade; Pontes, 2018).

Um dos principais desafios é a implementação de programas de segurança alimentar que sejam culturalmente sensíveis e respeitem as especificidades das comunidades indígenas. O Programa Bolsa Família, por exemplo, tem sido uma ferramenta importante para melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias indígenas na região do Alto Rio Negro. No entanto, a eficácia do programa depende de sua capacidade de integrar as práticas alimentares tradicionais e a cultura alimentar das comunidades (Trindade; Pontes, 2018).

A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019 representou um retrocesso significativo na agenda de alimentação e nutrição no Brasil. O CONSEA é fundamental na articulação de políticas

públicas e na promoção da segurança alimentar e nutricional, especialmente para populações vulneráveis, incluindo os povos indígenas (Castro, 2019). A ausência desse órgão dificulta a coordenação e a implementação de políticas eficazes, além de enfraquecer a participação social e o controle social sobre as políticas de segurança alimentar.

A revisão e contextualização do fenômeno da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas no Brasil destacam a necessidade de políticas públicas que abordem as causas estruturais da insegurança alimentar, como a pobreza, a falta de acesso a terras e a discriminação (Oliveira de Andrade; Fernandes Cabral Ferreira; Gobi Schmitz, 2022). É essencial que as políticas públicas promovam a autonomia alimentar das comunidades indígenas, apoiando a produção de alimentos tradicionais e garantindo o acesso a recursos naturais.

A agricultura familiar é uma componente essencial para a segurança alimentar e nutricional das populações indígenas. As políticas públicas devem apoiar a agricultura familiar nordestina, que é uma importante fonte de alimentos nutritivos e culturalmente apropriados para essas comunidades (De Castro; Freitas, 2021). O apoio à agricultura familiar pode incluir a assistência técnica, o acesso a crédito e a criação de mercados para os produtos agrícolas indígenas.

A utilização de escalas psicométricas para medir a insegurança alimentar entre os povos indígenas no Brasil revelou níveis alarmantes de insegurança alimentar e destacou a necessidade urgente de intervenções políticas (Athila; Leite, 2020). Essas escalas podem ajudar a identificar as áreas mais afetadas e a desenvolver políticas mais direcionadas e eficazes.

O desmonte de políticas públicas, como a redução do orçamento destinado a programas de segurança alimentar e nutricional, tem um impacto devastador sobre as comunidades indígenas. A rearticulação dos atores do CONSEA é fundamental para resistir a esses desmontes e para promover uma agenda de segurança alimentar que inclua os povos indígenas (Porto *et al.*, 2022). A resistência e a mobilização social são essenciais para garantir que as políticas de segurança alimentar continuem a proteger os direitos dos povos indígenas.

A autonomia alimentar dos povos indígenas é uma questão central para a segurança alimentar e nutricional. O uso de sementes crioulas, por exemplo, é uma prática que promove a autonomia alimentar e a resistência cultural. As sementes crioulas são variedades de plantas cultivadas tradicionalmente pelas comunidades

indígenas, que são adaptadas às condições locais e são uma fonte importante de diversidade genética e segurança alimentar (De Oliveira; Da Silva Lima, 2020). A promoção do uso de sementes crioulas pode ser uma estratégia eficaz para fortalecer a autonomia alimentar das comunidades indígenas.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) no Brasil teve um desenvolvimento significativo entre 2003 e 2015, promovendo uma abordagem integrada e inclusiva para a segurança alimentar (Maluf; Zimmermann; Jomalini, 2021). No entanto, a continuidade e a expansão dessas políticas são essenciais para enfrentar os desafios atuais e futuros. A PNSAN deve ser adaptada para incluir as especificidades das comunidades indígenas e garantir que suas necessidades sejam plenamente atendidas.

O estudo sobre o orçamento indigenista federal revela desafios e limitações significativas para a implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil (Da Silva; Lunelli, 2020). A alocação inadequada de recursos e a falta de prioridade política são barreiras importantes para a efetividade das políticas de segurança alimentar. Aumentar o financiamento e garantir a transparência na execução do orçamento são passos fundamentais para melhorar a segurança alimentar e nutricional das populações indígenas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem sido uma ferramenta importante para promover a segurança alimentar entre as crianças indígenas (Soares *et al.*, 2022). No entanto, é necessário que o PNAE seja implementado de maneira a respeitar e valorizar as tradições alimentares indígenas, garantindo que as crianças tenham acesso a alimentos nutritivos e culturalmente apropriados. A integração de alimentos tradicionais nas merendas escolares pode ajudar a preservar a cultura alimentar e melhorar a nutrição das crianças.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi fundamental na promoção da segurança alimentar no Brasil entre 2006 e 2016, articulando políticas e ações para combater a fome e a insegurança alimentar (Moraes; Machado; Magalhães, 2021). A revitalização do CONSEA e a sua reativação são fundamentais para fortalecer a governança da segurança alimentar e garantir que as políticas públicas sejam inclusivas e eficazes.

As políticas públicas devem promover a autonomia alimentar, apoiar a agricultura familiar e garantir o acesso a recursos naturais. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e as próprias comunidades indígenas é

essencial para desenvolver estratégias eficazes que promovam a saúde e o bem-estar dessas populações. A rearticulação dos atores do CONSEA e a resistência aos desmontes das políticas públicas são passos importantes para garantir um futuro saudável e sustentável para as comunidades indígenas. A implementação de políticas que respeitem e valorizem as tradições culturais é fundamental para enfrentar os desafios da transição alimentar e fortalecer a resiliência das populações indígenas.

#### 4.7 POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

As políticas públicas de segurança alimentar e nutricional são essenciais para garantir o direito humano à alimentação adequada, especialmente para as populações indígenas, que enfrentam desafios únicos devido à transição alimentar e às condições socioeconômicas adversas. A democracia é importante na formulação e implementação dessas políticas, pois permite a participação ativa das comunidades indígenas na tomada de decisões que afetam suas vidas (Daufenback; Furtado, 2018).

O cenário atual das políticas de segurança alimentar no Brasil é marcado por desafios significativos. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019 representou um retrocesso importante na agenda de alimentação e nutrição, dificultando a articulação de políticas públicas e a promoção da segurança alimentar para populações vulneráveis (Castro, 2019). A ausência de um órgão coordenador como o CONSEA compromete a capacidade de implementar políticas eficazes e inclusivas, além de enfraquecer a participação social no controle e monitoramento dessas políticas.

Os diálogos interculturais e a abordagem holística são fundamentais para enfrentar os desafios da saúde indígena. Ribeiro *et al.* (2023) destacam a importância de integrar conhecimentos tradicionais e científicos para desenvolver políticas de saúde e nutrição que sejam culturalmente apropriadas e eficazes. A abordagem holística considera os aspectos físicos, emocionais e espirituais da saúde, promovendo um bem-estar integral para as comunidades indígenas.

A alimentação como um direito humano em disputa exige uma compreensão profunda das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que influenciam a segurança alimentar. Guerra, Cervato-Mancuso e Bezerra (2019) apontam que a segurança alimentar e nutricional é um campo de disputa constante, onde diferentes interesses

e visões de mundo se encontram. Para garantir a segurança alimentar das populações indígenas, é necessário fortalecer a participação dessas comunidades nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

As escalas psicométricas de insegurança alimentar são ferramentas valiosas para medir e compreender a magnitude da fome entre os povos indígenas no Brasil. Athila e Leite (2020) destacam que essas escalas podem ajudar a identificar as áreas mais afetadas pela insegurança alimentar e a desenvolver políticas mais direcionadas e eficazes. A utilização dessas ferramentas permite uma abordagem baseada em evidências, que é fundamental para a elaboração de políticas públicas eficazes.

O histórico da participação do Estado e da sociedade civil na formulação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará exemplifica a importância da colaboração entre diferentes atores na promoção da segurança alimentar. Fé, Oliveira e Ávila (2021) mostram como a participação ativa da sociedade civil e a articulação com o Estado podem resultar em políticas mais inclusivas e eficazes. A experiência do Ceará pode servir de modelo para outras regiões do Brasil, destacando a importância da participação social na construção de políticas públicas.

Os efeitos adversos das políticas públicas para povos indígenas no Brasil refletem a necessidade de uma abordagem mais sensível e inclusiva. Basques (2021) discute como algumas políticas públicas podem, inadvertidamente, prejudicar as comunidades indígenas, exacerbando problemas de insegurança alimentar e nutricional. É fundamental que as políticas sejam elaboradas e implementadas com um entendimento profundo das realidades e necessidades das populações indígenas, evitando impactos negativos e promovendo a justiça social.

A democracia e a participação social são fundamentais para o desenvolvimento de políticas de segurança alimentar que sejam realmente eficazes e inclusivas. Daufenback e Furtado (2018) argumentam que a participação ativa das comunidades na tomada de decisões políticas é essencial para garantir que suas necessidades sejam atendidas e que suas tradições culturais sejam respeitadas. A participação social fortalece a governança democrática e aumenta a legitimidade das políticas públicas.

As perspectivas futuras para as políticas de segurança alimentar no Brasil dependem da capacidade de integrar conhecimentos tradicionais e científicos, promover a participação social e garantir a justiça alimentar. As políticas públicas

devem ser desenvolvidas com base em uma abordagem holística, que considere todos os aspectos da saúde e do bem-estar das comunidades indígenas. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e as próprias comunidades indígenas é fundamental para desenvolver estratégias eficazes que promovam a saúde e a segurança alimentar.

A rearticulação dos atores do CONSEA é um passo importante para fortalecer a governança da segurança alimentar e garantir que as políticas públicas sejam inclusivas e eficazes. A resistência aos desmontes das políticas públicas é essencial para proteger os direitos dos povos indígenas e promover a justiça alimentar. A implementação de políticas que respeitem e valorizem as tradições culturais é fundamental para enfrentar os desafios da transição alimentar e fortalecer a resiliência das populações indígenas.

A abordagem holística e intercultural na formulação e implementação de políticas públicas pode promover um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. Ribeiro et al. (2023) sugerem que integrar conhecimentos tradicionais e científicos pode criar soluções inovadoras e culturalmente apropriadas para os desafios da segurança alimentar. A valorização dos conhecimentos tradicionais e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis são essenciais para garantir a segurança alimentar e a saúde das comunidades indígenas.

Além disso, é necessário desenvolver políticas que abordem diretamente as causas estruturais da insegurança alimentar, como a pobreza, a falta de acesso a terras e a discriminação. Oliveira de Andrade, Fernandes Cabral Ferreira e Gobi Schmitz (2022) destacam a importância de políticas que promovam a autonomia alimentar das comunidades indígenas, apoiando a produção de alimentos tradicionais e garantindo o acesso a recursos naturais. Essas políticas devem ser acompanhadas de programas de educação nutricional que valorizem os alimentos tradicionais e promovam hábitos alimentares saudáveis.

A experiência do Ceará na formulação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional mostra que a participação ativa da sociedade civil e a articulação com o Estado podem resultar em políticas mais inclusivas e eficazes (Fé, Oliveira; Ávila, 2021). A integração de diferentes atores no processo de formulação de políticas é fundamental para garantir que as necessidades das comunidades indígenas sejam atendidas e que suas vozes sejam ouvidas. Essa colaboração pode

servir de modelo para outras regiões do Brasil, destacando a importância da participação social na construção de políticas públicas.

A utilização de escalas psicométricas para medir a insegurança alimentar entre os povos indígenas no Brasil revelou níveis alarmantes de insegurança alimentar e destacou a necessidade urgente de intervenções políticas (Athila; Leite, 2020). Essas escalas podem ajudar a identificar as áreas mais afetadas e a desenvolver políticas mais direcionadas e eficazes. A abordagem baseada em evidências é fundamental para a elaboração de políticas públicas eficazes que promovam a segurança alimentar e nutricional.

Os efeitos adversos das políticas públicas para povos indígenas no Brasil refletem a necessidade de uma abordagem mais sensível e inclusiva. Basques (2021) discute como algumas políticas públicas podem, inadvertidamente, prejudicar as comunidades indígenas, exacerbando problemas de insegurança alimentar e nutricional. É importante que as políticas sejam elaboradas e implementadas com um entendimento profundo das realidades e necessidades das populações indígenas, evitando impactos negativos e promovendo a justiça social.

A democracia e a participação social são fundamentais para o desenvolvimento de políticas de segurança alimentar que sejam realmente eficazes e inclusivas. Daufenback e Furtado (2018) argumentam que a participação ativa das comunidades na tomada de decisões políticas é essencial para garantir que suas necessidades sejam atendidas e que suas tradições culturais sejam respeitadas. A participação social fortalece a governança democrática e aumenta a legitimidade das políticas públicas.

As perspectivas futuras para as políticas de segurança alimentar no Brasil dependem da capacidade de integrar conhecimentos tradicionais e científicos, promover a participação social e garantir a justiça alimentar. As políticas públicas devem ser desenvolvidas com base em uma abordagem holística, que considere todos os aspectos da saúde e do bem-estar das comunidades indígenas. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e as próprias comunidades indígenas é importante para desenvolver estratégias eficazes que promovam a saúde e a segurança alimentar.

A colaboração entre governos, organizações não governamentais e as próprias comunidades indígenas é essencial para desenvolver estratégias que promovam a saúde e o bem-estar dessas populações. As perspectivas futuras para a segurança

alimentar no Brasil dependem da capacidade de integrar conhecimentos tradicionais e científicos, promover a participação social e garantir a justiça alimentar. A implementação de políticas que respeitem e valorizem as tradições culturais é fundamental para enfrentar os desafios da transição alimentar e fortalecer a resiliência das populações indígenas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição alimentar nas comunidades indígenas brasileiras apresenta um panorama multifacetado de desafios e oportunidades que afetam diretamente a saúde, a cultura e o bem-estar dessas populações. Historicamente, as dietas tradicionais ricas em alimentos naturais e locais proporcionaram uma nutrição adequada e fortaleceram os laços culturais e identitários dessas comunidades. No entanto, a introdução de alimentos industrializados e as mudanças socioeconômicas têm resultado em uma deterioração da saúde nutricional, manifestada pelo aumento da prevalência de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e obesidade, e pela persistência da desnutrição infantil.

A análise das consequências culturais e sociais da transição alimentar revela que a perda de práticas alimentares tradicionais ameaça a identidade cultural das comunidades indígenas, além de enfraquecer a coesão social. A implementação de políticas públicas eficazes e culturalmente sensíveis é essencial para mitigar esses impactos. Programas como o Bolsa Família, apesar de sua importância, necessitam de uma integração mais profunda com as práticas alimentares tradicionais para serem verdadeiramente eficazes.

A extinção do CONSEA representou um significativo retrocesso na coordenação e promoção de políticas de segurança alimentar, destacando a necessidade urgente de rearticular os atores sociais e fortalecer a participação das comunidades indígenas na formulação e implementação dessas políticas. A utilização de escalas psicométricas para medir a insegurança alimentar e a abordagem holística e intercultural são estratégias fundamentais para desenvolver políticas baseadas em evidências que atendam às necessidades específicas das populações indígenas.

A autonomia alimentar, promovida através do apoio à agricultura familiar e do uso de sementes crioulas, emerge como uma solução eficaz para fortalecer a resiliência das comunidades indígenas frente aos desafios contemporâneos. As políticas públicas devem apoiar essas iniciativas, garantindo acesso a recursos naturais e promovendo práticas agrícolas sustentáveis.

As experiências bem-sucedidas de participação social na formulação de políticas, como visto no Ceará, exemplificam o potencial da colaboração entre o Estado e a sociedade civil para criar políticas mais inclusivas e eficazes. A implementação de programas como o PNAE deve ser ajustada para respeitar e

valorizar as tradições alimentares indígenas, integrando alimentos tradicionais nas merendas escolares e promovendo a educação nutricional.

As perspectivas futuras para a segurança alimentar e nutricional das populações indígenas no Brasil dependem de uma abordagem integrada e culturalmente sensível que promova a participação social, respeite os conhecimentos tradicionais e assegure a justiça alimentar. A resistência aos desmontes das políticas públicas e a rearticulação dos atores sociais são passos essenciais para garantir um futuro saudável e sustentável para as comunidades indígenas. A implementação de políticas que valorizem as tradições culturais é fundamental para enfrentar os desafios da transição alimentar e fortalecer a resiliência dessas populações, assegurando a preservação de suas identidades e o bem-estar integral das próximas gerações.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o sistema alimentar global. **Ciência e Cultura**, v. 73, n. 1, p. 53-57, 2021.
- ABRITTA, Marina Luiza Resende; TORRES, Shayane Ribeiro; FREITAS, Daniel Antunes. Saúde das mulheres indígenas na América Latina: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, v. 9, n. 2, p. 164-177, 2021.
- AFO, Delfino Isac Belarmino et al. Formulação de uma dieta alternativa à base de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e feijão nhemba (*Vigna unguiculata* L.) para galinha indígena no sector familiar de Moçambique. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 10, p. e73121037907-e73121037907, 2023.
- ANTÔNIO, Rogério. **A alimentação tradicional Kaingang e as modificações na culinária indígena: um estudo na Terra Indígena do Ligeiro/Charrua/RS**. 2022.
- ATHILA, Adriana Romano; LEITE, Maurício Soares. “A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00208019, 2020.
- BASQUES, Messias. Efeitos Adversos: um olhar a partir das Políticas Públicas para Povos Indígenas no Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021.
- BENVEGNÚ, Vinícius Cosmos; GARCÍA, Diana Manrique. Colonialidade alimentar? Alguns apontamentos para reflexão. **Mundo Amazônico**, v. 11, n. 1, p. 39-56, 2020.
- BIGDÉDD, Natanna Barbosa et al. **Excesso de peso e apiosidade abdominal em indígenas Fulni-ô de Águas Belas (PE)**. 2018.
- BORGES, Maria Fernanda de Sousa Oliveira; SILVA, Ilce Ferreira da; KOIFMAN, Rosalina. Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil. **Ciencia & saude coletiva**, v. 25, p. 2237-2246, 2020.
- BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4411-4424, 2021.
- CAMLÉM, Elaine Kosiclä. **Cândida Patté, parteira tradicional do Povo Xokleng Laklãnõ: retomada de práticas tradicionais e a saúde das mulheres**. 2020.
- CARÚS, Juliana Pires. **Usos e abusos do conceito de Ambiente Alimentar: contribuições para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a partir do pensamento de Josué de Castro e de Milton Santos**. 2023. 120 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.
- CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00009919, 2019.

CAVALCANTE, Thiago LV. Colonialidade e colonialismo interno: a política de criação de reservas indígenas no sul de Mato Grosso do Sul e algumas de suas consequências contemporâneas. **Reserva indígena de Dourados: histórias e desafios contemporâneos**, 2019.

CORRÊA, Ester Mourão; VESSONI, André Teixeira; JAIME, Patrícia Constante. Magnitude da Desnutrição Infantil na Região Norte Brasileira: uma Revisão de Escopo. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 8, n. 1, p. 107-129, 2020.

CRUZ, Leticia Gomes Vaz; OLIVEIRA, Rayssa Renata Alves; DA COSTA MAYNARD, Dayanne. Ampliando o conceito de nutrição sustentável: Aspectos nutricionais e ambientais. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p. e13511931759-e13511931759, 2022.

DA CUNHA RODRIGUES, Rodrigo Alexandre; DE OLIVEIRA, Francisco Pereira; DOS SANTOS, Raquel Amorim. Transição nutricional e epidemiológica em comunidades tradicionais da amazônia brasileira. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 11290-11305, 2020.

DA SILVA, Frederico Augusto Barbosa; LUNELLI, Isabella Cristina. **Estudo sobre orçamento indigenista federal: Desafios e limitações aos direitos e políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil**. Texto para Discussão, 2020.

DA SILVA, Simone Dora Silva; DOS SANTOS, Regiane Padilha. Populações Tradicionais: Uma reflexão sobre a questão nutricional. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 10, n. 2, p. 552-566, 2018.

DA-GLORIA, Pedro; PIPERATA, Barbara A. Modos de vida dos ribeirinhos da Amazônia sob uma abordagem biocultural. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 2, p. 45-51, 2019.

DAUFENBACK, Vanessa; FURTADO, Adriella Camila. **DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: CENÁRIO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS**. 2018.

DE CASTRO, César Nunes; FREITAS, Rogério Edivaldo. **Agricultura familiar nordestina, políticas públicas e segurança alimentar**. Texto para Discussão, 2021.

DE JESUS BATISTA, Mikael Henrique; LIMA, Tatiane Rodrigues. Desnutrição Infantil: Aspectos Inerentes À Enfermagem. **International Journal of Development Research**, v. 10, n. 06, p. 37075-37079, 2020.

DE MELO BARROS, Dayane et al. A influência da transição alimentar e nutricional sobre o aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis The influence of food and nutritional transition on the increase in the prevalence of chronic non-communicable diseases. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 74647-74664, 2021.

DE MELO, Juliane Coelho; DOS SANTOS, Sulamita Freires; DE SALES FERREIRA, José Carlos. A mandioca e o milho como base da alimentação de povos indígenas e ribeirinhos e a transição alimentar nos dias atuais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 52934-52951, 2021.

DE MENESES BARROS, Gustavo Galdino et al. Transição nutricional e sua relação com a prevalência de hipertensão arterial em índios brasileiros. **Revista Diálogos Acadêmicos**, v. 7, n. 2, 2018.

DE MENEZES RAMOS, Claudiane; NODA, Hiroshi; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. Segurança e soberania alimentar indígena no extremo Norte do Amapá-Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. e7310514465-e7310514465, 2021.

DE OLIVEIRA, Dénison Alcântara; DA SILVA LIMA, Érica Franciele. Sementes Crioulas: Uma análise da autonomia alimentar e resistência do povo indígena Jeripankó. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 4, 2020.

DE PAULA CARVALHO, Karina. Justiça alimentar: para além dos alimentos no socio-espço. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, p. e022032-e022032, 2022.

DE SÁ PEREIRA, Elaine Cristina; DE ALBUQUERQUE, Rafaela Gomes; CAVALCANTI, Rafaella de Andrade Silva. COMPARAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS BRASILEIRAS. **Revista Saúde-UNG-Ser**, v. 14, n. 3/4, p. 55-61, 2020.

DOS SANTOS, Marize Melo et al. Cultura alimentar e ÍndiCe de massa Corporal de Índios em teresina-pi. **Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640**, v. 14, n. 3, p. 270-279, 2018.

FÉ, Márcia Andréia Barros Moura; OLIVEIRA, Lucia Conde de; ÁVILA, Maria Marlene Marques. Histórico da participação do Estado e da sociedade civil na formulação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará. **Saúde e Sociedade**, v. 30, p. e190072, 2021.

GOMES, Orlando Vieira et al. Desafios e oportunidades na promoção e educação em saúde em comunidades indígenas: relato de experiência. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 47, n. 3, p. 249-260, 2023.

GUEDES, Natanael Silva. **Grupo de nutrição comportamental: comer com atenção plena**. 2022. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão do Cuidado em Saúde da Família) - Escola de Enfermagem, Curso de Especialização em gestão do Cuidado em Saúde da Família, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída Couto Dinucci. Alimentação: um direito humano em disputa-focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3369-3394, 2019.

JAIME, Patricia Constante et al. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1829-1836, 2018.

MACIEL, Alana Coêlho. **Ocupação da Amazônia, contaminação por chumbo (Pb) e consequências sócioambientais para ribeirinhos: o caso da farinha de mandioca na região do Tapajós, estado do Pará**. 2020.

MACIEL, Vanizia Barboza da Silva et al. Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2921-2928, 2021.

MALUF, Renato S.; ZIMMERMANN, Silvia A.; JOMALINIS, Emília. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 517-544, 2021.

MORAES, Verena Duarte de; MACHADO, Cristiani Vieira; MAGALHÃES, Rosana. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6175-6187, 2021.

NASCIMENTO, Samara Rie do. **Biodiversidade utilizada na alimentação dos povos indígenas do Brasil: implicações para a Segurança Alimentar e Nutricional**. 2023.

NEVES, Eduardo Goes. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**, 2021.

OLIVEIRA DE ANDRADE, Rafael Ademir; FERNANDES CABRAL FERREIRA, Cristina Andrezza; GOBI SCHMITZ, Juliana. Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas no Brasil: Revisão e Contextualização do Fenômeno. **Revista FSA**, v. 19, n. 9, 2022.

PAIVA, Janaína Braga de et al. A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00250318, 2019.

PILNIK, Malika Simis et al. Plantas na alimentação Huni Kuĩ: hábito tradicional e mudanças na contemporaneidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

PITALUGA, Christiane Marques; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. TRANSIÇÕES PARA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA CONAB E COMSAN NO MS. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, p. 01-26, 2022.

PORTO, Ana Carla Vaz et al. Desmonte de políticas públicas: a rearticulação dos atores do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. **CIS-Conjecturas Inter Studies**, v. 22, n. 2, p. 943-957, 2022.

RADICCHI, Marcelo Rocha. **Excesso de peso e inatividade física em uma população indígena urbana Sateré-Mawé em cidade da Amazônia brasileira**. 2018. 165 f. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, Elberto Teles et al. SAÚDE INDÍGENA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS COM DIÁLOGOS INTERCULTURAIS E UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 7, p. 1897-1906, 2023.

SANTOS, Mayara Regina Araujo dos. **Práticas alimentares e soberania alimentar em Terra Indígena Xavante: desafios e perspectivas**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2022.

SANTOS, Sandra Maria Chaves dos et al. Avanços e desafios nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.

SOARES, Simone Cesario et al. **O papel das políticas públicas de segurança alimentar através do PNAE: um estudo de caso de uma escola da rede estadual de educação do Paraná no município de Toledo**. 2022.

SOUZA, Paloma Conceição Dutra et al. Impacto de ações de Educação Alimentar e Nutricional no perfil antropométrico e consumo alimentar de hipertensos. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, v. 4, n. 2, 2018.

TARRAGÓ, Eduardo. **Impactos bioculturais da restrição espacial e de acesso a recursos naturais sobre uma comunidade indígena norteamazônica em paisagem de savana**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-13122018-143904/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

TAVARES, Felipe Guimarães; FERREIRA, Aline Alves. Saúde de crianças e adolescentes indígenas na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00130819, 2019.

TORRE, Eduardo; AMARANTE, Paulo. Saúde mental, direitos humanos e justiça ambiental: a 'quimicalização da vida' como uma questão de violação de direitos humanos decorrente da intoxicação institucionalizada. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 327-344, 2022.

TRINDADE, Hamyla Elizabeth da Silva; PONTES, Ana Lucia Moura. **Programa bolsa família e segurança alimentar e nutricional: uma análise a partir do cotidiano das práticas alimentares de famílias indígenas da região do alto rio negro**. 2018.

VANDER VELDEN, Felipe F. Tratadas e vacinadas, aguadas e cancerígenas: a colonização das dietas indígenas por sistemas de produção de carne. **Revista Ingesta**, v. 1, n. 1, p. 82-100, 2019.

VILLAR, Betzabeth Slater. **Hábitos alimentares e produtos ultraprocessados na alimentação escolar: um estudo de caso da Terra Indígena Piaçaguera, São Paulo, Brasil**. 2018.

WINGERT, Karina Helena; CASTRO, Luísa Rihl. Marketing para nutrição: conceitos e ferramentas aliados à prática da nutrição. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 19, n. 3, p. 353-371, 2018.